

## ENERGIA ELÉTRICA

# Incertezas permanecem após anúncio de ajuda à distribuição

Falta de clareza em relação à captação de R\$ 8 bi pela CCEE, possibilidade de fracasso no leilão A-0 e adiamento de repasse às tarifas são alvos de crítica

O anúncio do governo de medidas que somam R\$ 12 bilhões em socorro às distribuidoras de energia elétrica não foi suficiente para sanar as incertezas do mercado quanto ao futuro do setor. A falta de clareza em relação ao novo modelo de captação de R\$ 8 bilhões via Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e a possibilidade de insucesso no leilão que pretende sanar o déficit de contratação de energia das empresas são apontados por especialistas como pontos frágeis.

O presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Salles, vê as medidas como bem vindas, mas questiona um possível subdimensionamento no montante necessário para sanar as pressões de caixa das distribuidoras. O

mercado estimava o rombo no ano, causado pelo despacho térmico e a exposição involuntária das empresas ao mercado de curto prazo, em até R\$ 20 bilhões, bem acima dos R\$ 12 bilhões calculados pelo governo no pacote.

“O nível de insegurança melhorou após o anúncio, mas além dos R\$ 4 bilhões do Tesouro, há esses R\$ 8 bilhões via CCEE, que o governo não detalhou. Em nenhum momento se previa esse tipo de função da CCEE, então alguma instrumentação terá que ser implementada para tornar isso possível”, afirma Salles.

O presidente da CCEE, Luiz Barata, disse na sexta-feira (14), que a instituição deve procurar nas próximas semanas um *pool* de bancos públicos e privados para

contratar os financiamentos. Segundo Barata, os empréstimos serão tomados mês a mês. “Serão oferecidas garantias regulatórias para os bancos. Uma parte das tarifas ficará blindada para o pagamento dessa conta”, explicou.

Além das garantias, será criado um fundo para ratear entre as distribuidoras a eventual inadimplência de alguma delas. A CCEE pretende que os financiamentos comecem a ser amortizados junto aos bancos somente a partir de 2016, quando os reajustes tarifários de 2015 já estarão em vigor.

Para o especialista em energia sócio do escritório L.O. Baptista-SVMFA, Guilherme Schmidt, o leilão de energia existente A-0, previsto para 25 de abril, pode fracassar, como tentativas semelhantes do governo em 2013, prejudicando as estimativas do socorro. “O governo espera que o gerador venda num leilão, a preços inferiores, uma energia que pode ser vendida no mercado

spot a R\$ 822. Neste cenário, o sucesso de um leilão A-0 é muito difícil, pois o gerador quer vender ao maior preço possível”, diz.

O presidente da comercializadora Comerc. Christopher Flavianos, acredita que o modelo resolve o problema das empresas. No entanto, o aporte do Tesouro e o adiamento do repasse às tarifas para 2015 perpetua o fato de não estar sendo dado nenhum sinal econômico ao consumidor da gravidade da situação do setor elétrico. “O problema é jogado para frente e o consumidor não restringe seu consumo, num momento crítico”, considera.

Do ponto de vista macroeconômico, bancos e corretoras como JPMorgan e Gradual ressaltaram em suas análises que a solução não aliviou as expectativas para a inflação no longo prazo e manteve altas as incertezas fiscais, devido aos empréstimos que serão feitos por bancos públicos.

THAIS CARRANÇA | AGÊNCIAS

Thais Carranço

O anúncio do governo de medidas que somam R\$ 12 bilhões em socorro às distribuidoras de energia elétrica não foi suficiente para sanar as incertezas do mercado quanto ao futuro do setor. A falta de clareza em relação ao novo modelo de captação de R\$ 8 bilhões via Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e a possibilidade de insucesso no leilão que pretende sanar o déficit de contratação de energia das empresas são apontados por especialistas como pontos frágeis.

O presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Salles, vê as medidas como bem vindas, mas questiona um possível subdimensionamento no montante necessário para sanar as pressões de caixa das distribuidoras. O mercado estimava o rombo no ano, causado pelo despacho térmico e a exposição involuntária das empresas ao mercado de curto prazo, em até R\$ 20 bilhões, bem acima dos R\$ 12 bilhões calculados pelo governo no pacote.

"O nível de insegurança melhorou após o anúncio, mas além dos R\$ 4 bilhões do Tesouro, há esses R\$ 8 bilhões via CCEE, que o governo não detalhou. Em nenhum momento se previa esse tipo de função da CCEE, então alguma instrumentação terá que ser implementada para tornar isso possível", afirma Salles.

O presidente da CCEE, Luiz Barata, disse na sexta-feira (14), que a instituição deve procurar nas próximas semanas um pool de bancos públicos e privados para contratar os financiamentos. Segundo Barata, os empréstimos serão tomados mês a mês. "Serão oferecidas garantias regulatórias para os bancos. Uma parte das tarifas ficará blindada para o pagamento dessa conta", explicou.

Além das garantias, será criado um fundo para ratear entre as distribuidoras a eventual inadimplência de alguma delas. A CCEE pretende que os financiamentos comecem a ser amortizados junto aos bancos somente a partir de 2016, quando os reajustes tarifários de 2015 já estarão em vigor.

Para o especialista em energia e sócio do escritório L.O. Baptista-SVMFA, Guilherme Schmidt, o leilão de energia existente A-0, previsto para 25 de abril, pode fracassar, como tentativas semelhantes do governo em 2013, prejudicando as estimativas do socorro. "O governo espera que o gerador venda num leilão, a preços inferiores, uma energia que pode ser vendida no mercado spot a R\$ 822. Neste cenário, o sucesso de um leilão A-0 é muito difícil, pois o gerador quer vender ao maior preço possível", diz.

O presidente da comercializadora Comerc, Christopher Vlavianos, acredita que o modelo resolve o problema das empresas. No entanto, o aporte do Tesouro e o adiamento do repasse às tarifas para 2015 perpetua o fato de não estar sendo dado nenhum sinal econômico ao consumidor da gravidade da situação do setor elétrico. "O problema é jogado para frente e o consumidor não restringe seu consumo, num momento crítico", considera.

Do ponto de vista macroeconômico, bancos e corretoras como JPMorgan e Gradual ressaltaram em suas análises que a solução não aliviou as expectativas para a inflação no longo prazo e manteve altas as incertezas fiscais, devido aos empréstimos que serão feitos por bancos públicos.